

Engessamento da Amazônia

Rubens Bayma Denys*

Chefe do Gabinete Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional durante o Governo Sarney (1985-1990), o autor denuncia a intenção internacional de "engessar a Amazônia", com a finalidade de preservar suas riquezas, até que se encontrem pretextos para nela intervir.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A REGIÃO AMAZÔNICA

A Amazônia Legal compreende uma área de 5.029.322km², constituída pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Ela corresponde a 58,8% do território nacional, ou seja, mais da metade da enorme extensão do Brasil.

Essa imensa área abriga a maior floresta tropical úmida do mundo, que representa um terço da vegetação latifoliada do planeta, para a qual se voltam, cada vez mais, o interesse e a atenção das comunidades nacional e

internacional, preocupadas com o impacto ambiental que poderá resultar de sua ocupação e colonização. Temem que se repitam, nesta reserva florestal, frequentemente designada como "pulmão do mundo", os mesmos crimes contra a natureza que desnudaram a superfície de continentes inteiros, como a África, a Ásia, a Europa e, mesmo, as Américas do Norte e Central.

O Brasil comunga dessa preocupação universal com a última grande floresta tropical intacta do globo terrestre. Enquadrado na oportuna onda de preservacionismo que, com certo retardo, é verdade, vem embalando a consciência mundial, a partir do início dos anos 80 o País despertou para o

problema, ainda no final dessa década, quando, através do Programa Nossa Natureza, lançado pelo Governo Sarney, em 1988, procurou equacioná-lo e buscar as soluções mais adequadas. Hoje, podemos dizer que o nosso País possui uma das políticas ambientais mais avançadas do mundo. E disso tem dado demonstrações cabais, com a adoção de medidas efetivas de preservação dos seus ecossistemas, em especial os da Amazônia, e com as suas propostas apresentadas na ECO 92 em defesa do meio ambiente.

A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Na ocupação da região, três fases distintas podem ser apontadas.

* General-de-Exército.

Uma primeira, de ocupação tradicional, com penetração, pelos rios, de atividade eminentemente extrativista. Nela inclui-se o famoso "ciclo da borracha", que proporcionou a época áurea da economia amazônica e o surpreendente desenvolvimento urbano e cultural de Manaus. A extração da castanha, da juta e de outros produtos de grande valor comercial foi iniciada nesse período, assim como a pesca fluvial e a garimpagem nos leitos dos rios.

A questão do Acre também está inserida nessa primeira fase. A sua incorporação ao território brasileiro foi o resultado de uma guerra de guerrilhas conduzida por Plácido de Castro que, no final, acabou batendo as forças regulares bolivianas, a última das quais comandada pelo General Pando, que era então o presidente da Bolívia. Esses fatos deveram-se à importância econômica da extração da borracha naquela ocasião.

Uma segunda, decorrente da expansão econômica do País, que deslocou grandes efetivos humanos para a Amazônia, em busca das oportunidades que já se esgotavam nas tradicionais

áreas rurais do Sul e do Sudeste.

No início da década de setenta, grandes projetos agropecuários, governamentais e privados, bem como um sem número de empreendimentos menores se instalaram na área, condicionados pela abertura das estradas e incentivados pelo próprio governo. Essa fase inclui também os grandes projetos de mineração, e de produção de energia, bem como a expansão indiscriminada da garimpagem, da caça e da pesca predatórias, e de outras atividades motivadas, via de regra, pela ganância e pela aventura. A nova fronteira se instalou, de forma excessivamente rápida e desordenada, sem que a região dispusesse de uma infra-estrutura de governo adequada ao seu controle e à condução racional do processo, e que possibilitasse o mínimo de apoio à saúde, à educação, à segurança e à comercialização da produção das populações lá instaladas. O governo, pode-se dizer, viu-se "atropelado" pela expansão que ele próprio incentivou.

Uma terceira fase é a atual, da ocupação baseada na ordenação territorial, na ex-

ploração racional e orientada, na máxima preservação do meio ambiente, na proteção das comunidades indígenas e das populações da área, ribeirinhas e extrativistas. Em suma, uma fase de desenvolvimento sustentado, que teve início, poderíamos assim dizer, no final da década de oitenta com a reformulação da política ambiental brasileira, através do "Programa Nossa Natureza".

As áreas da Amazônia mais atingidas pela exploração econômica da segunda fase, especialmente através de empreendimentos agropecuários, estão localizadas ao sul dos rios Solimões e Amazonas, no Estado de Tocantins, no norte de Mato Grosso; ao longo da Rodovia Transamazônica e na área adjacente do Projeto Grande Carajás, no Pará; no oeste do Maranhão e nos estados do Acre e de Rondônia. Situam-se nas regiões acessíveis da Amazônia ao longo dos principais eixos rodoviários: Belém—Brasília, Cuiabá—Porto Velho—Rio Branco (BR-364), Cuiabá—Santarém e a própria Transamazônica. A ocupação dessas áreas, em si mesma, foi um impe-

rativo do desenvolvimento, visando à abertura de nova fronteira econômica e a integração da Amazônia ao restante do País. Porém, tornou-se preocupante a forma indiscriminada e predatória com que essa ocupação se realizou, e de certa forma ainda se realiza, com intensa utilização de queimadas e outros processos irracionais de destruição da cobertura florestal, não obstante os esforços dos órgãos governamentais de proteção e fiscalização do meio ambiente, federais e estaduais.

A região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, conhecida como "Calha Norte", não sofreu idêntico processo de ocupação. Nela, a ocupação foi menos intensa, ocorrendo um pouco mais na região de Manaus e no Estado de Roraima.

Correspondendo a 14% do território nacional, praticamente inexplorada (abriga apenas 1,2% da população nacional) e com extensa faixa de fronteira habitada, virtualmente, por indígenas, a "Calha Norte" tem-se constituído, ao longo dos anos, em desafio e preocupações constantes quanto à sua efetiva integração ao contexto

nacional, devido principalmente às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente.

Distante dos centros de poder e desenvolvimento do País, essa extensa área conta com apenas um grande pólo de desenvolvimento político-sócio-econômico, localizado em Manaus (AM), e outros menores em Macapá (AP), Boa Vista (RR) e em algumas pequenas cidades ribeirinhas ao norte do Pará e na margem esquerda do Rio Solimões. Ainda incipientes, porém constituindo-se já como centros de polarização, temos atualmente as cidades de Tabatinga (AM) e São Gabriel da Cachoeira (AM). Esse afastamento é mais acentuado pelo obstáculo natural das calhas dos rios Solimões e Amazonas que tendem a dissociá-la do restante do território brasileiro, pelas óbvias limitações ao acesso terrestre.

Em contrapartida, verifica-se, ao norte dessa área, uma continuidade territorial que, se por um lado induz a uma aproximação natural e desejável com os países ali situados, por outro permite o fácil acesso aos agentes do comércio e de atividades ilegais.

O PATRIMÔNIO AMAZÔNICO

Esse valioso patrimônio é bastante diversificado em sua natureza. Segundo a visão de Samuel Benchimol, distribui-se pela superfície e pelo subsolo de um território que corresponde à vigésima parte (1/20) da superfície terrestre. A sua principal caracterização é a vasta cobertura florística, que encerra um terço (1/3) de toda a vegetação latifoliada ainda existente no mundo, além da vegetação de transição e de cerrado.

Inclui-se, no fabuloso patrimônio amazônico, uma biota de cerca de dois milhões de espécies, que vem a ser um décimo da existente em nosso planeta. Os recursos hídricos disponíveis nas amplas bacias hidrográficas da região representam cerca de um quinto (1/5) das disponibilidades mundiais de água doce. Conta com várias províncias minerais, das mais ricas do mundo, ao Sul e ao Norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, de ferro, manganês, ouro, cobre, cassiterita, bauxita, caulim e outros minérios nobres e raros, e, mais recentemente, petróleo e gás natural. Destaca-se, ainda, um potencial hidrelétrico da or-

dem de 100 milhões de quilowatts (metade do total brasileiro).

São a concentração e a grande diversidade dessas riquezas que têm provocado a admiração universal e a cobiça internacional do capital e de governos estrangeiros, em relação à nossa Amazônia.

A COBIÇA INTERNACIONAL

A Amazônia brasileira tem sido alvo sistemático da cobiça internacional desde meados do século passado. A História registra inúmeras investidas, de governos estrangeiros e de entidades privadas internacionais, que têm caracterizado essa cobiça.

Em uma primeira fase, compreendida entre meados do século passado e os anos setenta deste século, as investidas traduziram o firme propósito de forçar o Governo brasileiro a conceder-lhes a autorização para explorar os vastos recursos da região. A partir da década de 80 deste século, elas visaram a transformar a região em um grande contencioso internacional com o propósito de inibir a exploração dos seus recursos pelos próprios brasileiros.

Recordemos alguns dos fatos que caracterizam essas investidas.

O primeiro registro refere-se a um ultimato dado pelos norte-americanos ao governo brasileiro, em 1855, para que o Rio Amazonas fosse aberto à livre navegação estrangeira. Dom Pedro II soube reagir com muita firmeza, não cedendo à imposição. O Império manteve a proibição até 1867.

Ainda na segunda metade do século passado, uma outra investida, também repelida pelo Governo brasileiro, foi a da *Amazon River Corporation*, que desejava autorização para explorar a nossa Amazônia através de projetos de colonização. Tratava-se de uma das grandes companhias internacionais de colonização que surgiram naquela época e que desejava explorar a região como as suas congêneres o fizeram na África e no Sudeste da Ásia, devastando aquelas áreas. Também não logrou sucesso pois o Governo brasileiro não autorizou a sua instalação no País.

A nossa diplomacia registra as lutas do Barão do Rio Branco para repelir as tentativas de invasões estrangeiras, no início do sé-

culo, revestidas do argumento de que o Brasil não tinha condições de explorar a região e de que a humanidade não podia ficar privada de desfrutar dos ricos recursos naturais da Amazônia. Uma delas, refere-se à entrevista do Barão do Rio Branco com o Ministro do Exterior da Alemanha, Barão de Oswald Richtöfen, em Berlim, em 1902, na qual o primeiro ouviu a seguinte declaração do segundo: *Seria conveniente que o Brasil não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia.*

O Presidente Epitácio Pessoa, estarrecido, ouviu, em Genebra, uma proposta do Presidente Wilson de internacionalização da Amazônia.

Na década de 60, o Governo brasileiro tomou conhecimento de um projeto, elaborado por um parlamentar japonês, para implantar na Amazônia brasileira 12 colônias japonesas. Cada qual teria o seu planejamento e a sua execução a cargo de uma universidade japonesa. A previsão era de instalar cerca de vinte mil imigrantes que seriam enviados à região, após estarem concluídas as infra-estruturas de subsistência que seriam construídas por imigrantes

precursores, assentados em campos avançados das respectivas universidades nipônicas. Lembro-me de que cada uma dessas colônias possuía uma vocação econômica principal. Assim, previa-se que a de Santarém deveria se desenvolver com base na construção naval. Recordo-me que duas mais seriam em Humaitá e em Tefé. Esse planejamento inspirou, de certa forma, a organização dos campos avançados das universidades que participaram do Projeto Rondon.

Em artigo publicado no jornal *O Globo*, em 4 de julho de 1993, o Senador Sarney refere-se ainda a algumas outras constatações da cobiça internacional em relação a essa região. Em primeiro, o que foi relatado por Nícia Vilela Luz, há 40 anos, denunciando o plano do General James Watson Webb, ministro plenipotenciário de Washington, para que a Amazônia fosse destinada aos negros americanos, evitando-se que se repetissem as condições sócio-econômicas que levaram à Guerra da Secessão. Relembra ainda o autor, no mesmo artigo, os seguintes fatos: as companhias exploradoras do

século XIX, dentre elas a *Amazon River Corporation*, com a finalidade de colonizar a Amazônia, a que já nos referimos; a tese japonesa de mandar para lá os filhos de americanos com japoneses durante a ocupação da Segunda Guerra; a proposta americana feita ao Presiden-

...fomos nós brasileiros que preservamos a Amazônia de uma devastação semelhante a que ocorreu nas outras regiões de floresta tropical, da África e do Sudeste da Ásia.

te Dutra para o Brasil receber excedentes populacionais de Porto Rico; o desejo de colocar ali 200 árabes refugiados da Palestina; a denúncia de Juarez Távora sobre as concessões dadas à *Amazon River Corporation* para extrair, com exclusividade, as riquezas da área.

Cabe registrar, com especial ênfase, como o fez o Dr. Jaime Rotstein, em seu livro *Brasil Século XXI*, Cap. VII, "O Resgate Energético da Amazônia", o projeto do Hudson Institute, elaborado sob a direção do então famoso cientista e futurólogo

Herman Khan, que transformava parte significativa da região num grande lago. Na época, o autor do plano não só justificava a iniciativa, como oferecia o financiamento norte-americano para a concretização do seu projeto. Curiosamente, Herman Khan alegava que os estudos tinham sido tão cuidadosos que haviam preservado o Teatro Municipal de Manaus, por se tratar de importante monumento histórico. E, assim, esse patrimônio histórico e cultural teria salvo a Amazônia brasileira de uma inundação descabida

bem maior.

Em todas as ocasiões, o Governo brasileiro reagiu, opondo-se firmemente a elas. Dessa forma, fomos nós brasileiros que preservamos a Amazônia de uma devastação semelhante a que ocorreu nas outras regiões de floresta tropical, da África e do Sudeste da Ásia.

OUTRAS INVESTIDAS

Em 1981, surgiram as diretrizes do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, com sede em Genebra. Elas afirmavam claramente, ao se referir a Amazônia e a po-

pulação indígena que a habita, tratarem-se os mesmos de *patrimônios da humanidade e não dos países, cujos territórios, pretensamente, dizem pertencer-lhes*. E, ao que parece, essas diretrizes passaram a sinalizar uma nova forma de investidas estrangeiras em relação aos destinos da Amazônia.

Nos anos de 1986 e seguintes, tomaram grande incremento as campanhas internacionais contra as devastações e queimadas das florestas amazônicas, promovidas por ONG européias e parlamentares norte-americanos. Destacam-se, dentre estes, os senadores Albert Gore, Tim Wirth e John Heinz que, em comissão do senado americano, estiveram no Brasil, em 1988, quando foram recebidos pelo Governo brasileiro em Brasília e, após, visitaram Rondônia e Acre. Tinham vindo constatar as queimadas e as devastações da floresta amazônica que, segundo hipótese formulada no Capitólio, a partir do final de 1987, seriam responsáveis pelo efeito estufa que havia elevado a temperatura do planeta naquela época. Um pouco mais tarde, o senador Bobo Kasten chegou a declarar textualmente: *quando*

está em jogo o meio ambiente e especialmente o efeito estufa, as fronteiras nacionais são irrelevantes (A *Crítica*, edição de 3 de fevereiro de 1989). Sobre essa questão, Samuel Benchimol denomina de "a síndrome do Capitólio", em seu excelente trabalho intitulado *Amazônia: Planearização e Moratória Ecológica*.

Foi a partir dessa época que passaram a ser mais explícitas as negativas de empréstimos para a construção de rodovias e de usinas hidrelétricas na região, por parte dos bancos internacionais de fomento, particularmente do BIRD. Os recursos já previstos para a construção do trecho Porto Velho—Rio Branco, da rodovia BR-364, negociados no âmbito do PNUD, no início da década, somente foram liberados após o Governo brasileiro ter atendido às inúmeras exigências relativas à proteção ambiental e à demarcação de áreas indígenas, inclusive a de uma tribo com apenas 90 índios, se tanto, ocorrida em 1984, e que obrigou a retirada de cerca de 800 famílias lá assentadas pelo INCRA, provocando um grande problema social, que certamente ainda

persiste. A liberação dos recursos para a continuação da construção dessa rodovia no Estado do Acre, trecho Rio Branco—Sena Madureira—Cruzeiro do Sul, estaria na dependência do atendimento, pelo Governo brasileiro, de exigências semelhantes.

Em 1989, ocorreu a atuação de parlamentares europeus junto à Comunidade Econômica Européia, no sentido de interromper o Projeto Grande Carajás, de forma a inibir a exploração organizada de nossa riqueza mineral.

Ainda em 1989, conforme relato do senador Sarney, publicado em *O Globo*, de domingo, 18 de julho de 1993, o Presidente da França convidou o Presidente do Brasil para participar de uma reunião do Grupo dos Sete, em Amsterdan, cuja finalidade era aceitarmos delegar, sob a invocação ecológica, parte de nossos direitos aos organismos internacionais (controlados por eles), permitindo-lhes, assim, ditar normas sobre o aproveitamento dos nossos recursos naturais. O Presidente Mitterrand foi sincero e declarou: *Os detentores da floresta amazônica devem reconhecer que sua soberania sobre ela é relativa*. O

atual Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, o mesmo Sr. Al Gore, justificava o seu ponto de vista: *A devastação é inacreditável e constitui uma das maiores tragédias da história.* "O que não é bem verdade", concluía o autor desse relatos.

Nessa mesma reunião do Grupo dos Sete, o chanceler da Alemanha, Sr. Helmut Kohl, disse que os países que formam o referido grupo precisam fazer um acordo com o Governo brasileiro, para que se estabeleçam normas sobre a administração da Amazônia. Defendiam uma estranha tese de "defesa compartilhada do meio ambiente", através de uma estrutura supranacional que teria direito de intervir em nossos assuntos internos.

CONCLUSÕES FINAIS

A cobiça internacional, anteriormente à década de 80, apresentava-se como investidas de governos e capitais estrangeiros para pressionar o Brasil a autorizar-lhes a exploração de seus recursos naturais. Atualmente, acrescidas de intervenções de ONG e religiosas, passaram a ser no sentido de

imobilizar as ações governamentais e, dessa forma, impedir a ocupação e a exploração dos seus recursos pelos próprios brasileiros.

O motivo das atuais investidas parece ser o de mantê-la intocável, como uma primeira meta, sob pretexto de proteção das populações indígenas e dos seus ecossistemas ambientais. A internacionalização, certamente porém, é o alvo principal.

Até o momento, as críticas internacionais têm poupado as explorações de petróleo na bacia amazônica. É de se supor que assim o fazem porque a produção de petróleo interessa a todos os países desenvolvidos, enquanto que a dos demais recursos minerais, se bem explorados, vai aumentar a oferta mundial dos mesmos, baixando-lhes os preços no mercado internacional, como os minérios, ou porque, como os hidrelétricos, só dão proveito aos brasileiros.

Coincidentemente, as pressões internacionais para manter a região intocável iniciaram-se logo após a divulgação das grandes riquezas minerais localizadas pelo Projeto Radam, no início da década de 70. Na mes-

ma época, a Sr^a Claudia Andujá, natural da Áustria ou da Suíça, chegou ao Brasil e iniciou, em seguida, uma ampla e bem-sucedida campanha a favor da proteção aos Ianomami, contando com o apoio de vários segmentos da sociedade brasileira com os quais tinha facilidade de articular-se.

Em abril de 1985, logo após assumir a Chefia do Gabinete Militar, recebi esta senhora em audiência, a pedido do falecido Senador Severo Gomes. Solicitou-me ela apoio à sua campanha em favor dos Ianomami. Sugeria que o Exército brasileiro desse proteção aos mesmos, não permitindo a entrada dos garimpeiros nas áreas onde eles se encontravam. Fiz-lhe ver que esses índios, continuando espalhados por aquela extensa área, não poderiam receber a referida proteção, na medida que ela desejava que fosse dada. Cheguei mesmo a dizer-lhe que, ao longo dos anos, em face das dificuldades de toda a ordem, eles acabariam sendo irremediavelmente aculturados e, nesse caso, sem a adequada assistência. Ponderei que seria melhor atraí-los e concentrá-los em áreas mais férteis da região onde vivem, de forma que pudes-

sem ter toda a assistência e proteção necessárias, prestadas por pessoal especializado. Respondeu-me que os Ianomami, por serem nômades, deveriam permanecer onde e na forma como vivem. No que se refere ao nomadismo dos Ianomami, a questão não está comprovada e é controversa.

Em 1988, como preparativos para a demarcação das áreas Ianomami, sob a égide do "Projeto Calha Norte", foram organizadas duas equipes técnicas para o conhecimento *in loco* da situação real em que viviam aqueles índios. Eram elas constituídas por funcionários da FUNAI e representantes da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (coordenadora dos assuntos da Faixa de Fronteira) e dos governos estaduais, bem como índios aculturados servindo como intérpretes. Pela primeira vez, através dessas equipes, fora efetuado um estudo global dos grupos Ianomami e Maionog. As informações e notícias, até então disponíveis, eram muito precárias.

O diagnóstico conclusivo revelou que a ocupação do espaço físico, pelos referidos grupos indígenas, era feita

de modo descontínuo, disperso e irregular, sendo bem mais rarefeito no Amazonas. Foram registradas, em abril de 1988, cento e vinte (120) aldeias e malocas, com uma população total de 9.910 índios. Algumas aldeias, distanciadas entre si da ordem de cinco a dez quilômetros, constituíam agrupamentos de acordo com o clã familiar e o grupo dialetal. Esses agrupamentos de aldeias e malocas eram separadas por grandes distâncias e espaços vazios, da ordem de uma centena de quilômetros.

Constatou-se que os Ianomami, de modo geral, são horticultores, retirando a maioria dos alimentos das plantações de bananeiras, de mandiocas e de outros tubérculos. O restante, vem da caça e da pesca. Praticam uma espécie de agricultura itinerante, como a maioria das tribos da Amazônia, mudando de aldeias e roças em função do desgaste da terra. No entanto, essas mudanças se realizam dentro do território de cada grupo, uma vez que as hostilidades e rivalidades tribais são acentuadas. Deve-se considerar que as mesmas se baseiam não só nas necessidades matrimoniais, mas também nas seguintes diferenças: lin-

güísticas (existem vários dialetos); abundância da caça e da pesca; diferenciações ambientais entre as partes superiores e inferiores dos rios da região; e a antigüidade e a constância do contato com os garimpeiros e comerciantes brancos, entre outras. Eventualmente, em razão das hostilidades e rivalidades, uma tribo realiza uma migração de fato. A idéia de que são nômades é, portanto, uma questão não comprovada e controversa.

Tais aspectos, observados pelas equipes técnicas, confirmaram apreciações feitas pelo antropólogo norte-americano Napoleon Chagnon, em seu livro *Yanomamo, The Fierce People*. ("...Although they have occasionally and erroneously been called nomadic hunters and gatherers, they in fact rely very heavily on cultivated food..." N. Chagnon-173).

Na realidade, a questão não são bem os índios, nem o efeito estufa. Tudo isso tem sido pretexto para "engessar a nossa Amazônia", no todo ou em algumas das áreas mais ricas, impedindo a ocupação e a exploração dos seus recursos pelos brasileiros. Se, ontem e

hoje, os argumentos têm sido esses, amanhã vão buscar outros pretextos para intervir em nossa soberania sobre a área.

A Amazônia brasileira é um patrimônio do Brasil e dos brasileiros. E, disso não restam dúvidas. Mas, mundialmente, é considerada como um bem da humanidade. Porém, esse entendimento não deve inibir que, no exercício de sua soberania sobre a região, de fato e de direito, o Brasil tenha uma política para a ocupação e a exploração racional de seus recursos, em proveito do bem-estar da Nação brasileira. Não devemos, isto sim, ficar imobilizados com as pressões que fazem parte da convivência internacional.

Com a reformulação da sua política ambiental, em 1988/1989, através do Programa Nossa Natureza, e das propostas que formulou durante a ECO 92, o Brasil já mostrou, mundialmente, que tem a determinação e a capacidade de preservar os ecossistemas da Amazônia. E, portanto, podemos e devemos explorar, racionalmente e de forma sustentável, as suas riquezas em benefício do bem-estar dos brasileiros.

Para tanto, é necessário, em primeiro lugar, uma decisão política corajosa, consciente da nossa capacidade de preservar os ecossistemas da Amazônia, que não se deixe abalar pelas pressões externas e que consiga aglutinar os esforços de todos os setores da sociedade nacional, que possam e devam trabalhar em seu proveito. Essa decisão deve ser acompanhada de um planejamento estratégico que contenha programas e projetos bem definidos que conjuguem a ocupação e a exploração racional dos recursos naturais com a preservação dos ecossistemas da área. E, sobretudo, de um gerenciamento competente para levá-los a bom termo na execução.

Estratégica e economicamente, para garantir a soberania sobre a região amazônica e a exploração de suas riquezas, não mais há necessidade de se fazer a sua ocupação nos moldes tradicionais, como ocorreu no oeste paranaense e, nela mesma, no início da década de 70. Atualmente, já são disponíveis recursos eletrônicos e formas de deslocamentos mais rápidos que possibilitam o controle e a vigilância estratégica da região, sem a

necessidade da ocupação em toda a sua extensão.

Por outro lado, a partir de meados da década de 70, o País passou a dispor do grande potencial agrícola do Cerrado, cujo aproveitamento foi fruto de pesquisas da EMBRAPA. Adequadamente corrigidas, as terras do cerrado são mais fáceis de serem aproveitadas para a agricultura pois, a vegetação sendo mais rala, permite uma limpeza e preparação rápida do terreno, o qual, por sua vez, possibilita melhor o uso da mecanização e da irrigação, por ser mais plano. Assim, as novas frentes agrícolas deverão ser encaminhadas para essa vasta região e não para a Amazônia. É para o Cerrado que devem ser encaminhados, para assentamento, os grandes contingentes populacionais dos sem terra e, se possível, também desempregados das cidades, visando ao incremento econômico e social do País, através do aumento da área de produção no campo.

A ocupação e a exploração dos recursos naturais da Amazônia, daqui para a frente, certamente serão conduzidas de forma sustentada e conforme as indicações dos resultados obtidos com o

ordenamento territorial a ser feito.

Entretanto, na execução desse processo de ocupação, não pode deixar de haver uma permanente preocupação com o fortalecimento da ação governamental sobre aquela vasta região, em especial sobre toda a região da faixa de fronteira, norte e oeste, que deverá ter sua demarcação permanentemente reforçada, simultaneamente com um aumento paulatino da presença brasileira, onde

estrategicamente for necessário.

A utilização dos meios eletrônicos, fotografias de satélites etc., se fará cada vez mais necessário para aumentar a eficiência desse controle sobre toda a região. Entretanto, acompanhando a evolução da disponibilidade desses recursos, será imprescindível a existência de uma estrutura de fiscalização efetiva, com possibilidades de intervenção em qualquer local e a tempo e hora, nos rios e em terra, de forma a poder

utilizar os dados de informação, que serão certamente recebidos em volumes cada vez mais crescentes.

Esse valioso patrimônio não pode ser dilapidado, nem degradado. Mas, também, não pode deixar de ser racionalmente explorado, preservando-se adequadamente os seus ecossistemas.

Devemos, isto sim, usufruí-lo corretamente em proveito do fortalecimento e do bem-estar da Nação brasileira. 